

	<p><b>Protocolo Nº 20191209121402588</b></p> <p>Sua solicitação foi enviada à <b>Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito da Comarca de ARACAJU</b> em 09/12/2019 00:14 por KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, OAB 2592##SE.</p>
---	--

**DADOS DO PROTOCOLO**

**Tipo de Protocolo:** PETICIONAMENTO GERAL - Outras Petições

**Processo:** 201940600346

**Classe:** Procedimento Comum

Dados do Processo Origem			
<b>Número</b> 201940600346	<b>Classe</b> Procedimento Cível	Comum	<b>Competência</b> Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
	<b>Situação</b> ANDAMENTO		<b>Distribuido Em:</b> 15/03/2019

Partes		
Tipo	CPF	Nome
Requerente	00933118503	TIAGO SANTOS DE SANTANA
Requerido	09248608000104	SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Anexos		
	Nome	Tipo
1	<a href="#">2588367_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01.pdf</a>	Petição

**ATENÇÃO!**

1. Documentos produzidos eletronicamente serão considerados originais, para os efeitos da lei, devendo os originais dos documentos digitalizados ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
2. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
3. Ressalvados os casos de sigilo e segredo de justiça, os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais, através dos seus advogados, e para o Ministério Público.
4. Caso haja impedimento para o registro do processo eletrônico pelo Juízo, a solicitação será devolvida ao Portal do patrono solicitante (advogado, defensor público ou promotor de justiça), a fim de que possa ser submetido à regularização.
5. Atualize o seu e-mail para o Sistema Push. Este serviço promove o envio de correspondência eletrônica, dando-lhe informações sobre o andamento dos processos ajuizados por Vossa Senhoria. Se for caso de vinculação posterior a processos, o cadastro deverá ser realizado através do Portal TJSE.

**Imprimir**



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 210940600346

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **TIAGO SANTOS DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 8.437,50 (oito mil e quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 28/03/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 8.437,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: TIAGO SANTOS DE SANTANA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01045

CONTA: 000000059791-0

Nr. da Autenticação 52DA4D00E91F8C8D

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Com isso, foi produzido laudo cujo trecho se destaca:

Avaliadas as sequelas ortopédicas presentes no autor, decorrentes do acidente de trânsito sofrido, temos a ocorrência de fratura da diáfise do úmero (CID-10: S42.3), fratura da diáfise do fêmur (CID-10: S72.3) associada a ausência de consolidação da fratura (pseudoartrose) (CID-10: M84.1) e fratura do colo do fêmur (CID-10: S72.0) associada a coxartrose pós-traumática (CID-10: M16.5). As lesões nos membros inferiores podem serem amenizadas/corrigidas por procedimento médico terapêutico disponível (periciando refere aguardar dois novos procedimentos sem data definida). Portanto a quantificação da taxa de incapacidade das lesões ortopédicas foram realizadas no estado clínico em que o paciente se encontra atualmente e conforme descrito no exame físico e constante nos autos, temos respectivamente: invalidez parcial incompleta - perda funcional de um dos membros superiores (70%) de grau leve (25%), invalidez parcial incompleta – perda funcional de um dos membros inferiores (70%) de grau intenso (75%) e invalidez parcial incompleta – perda funcional de um dos membros inferiores (70%) de grau médio (50%).

Ocorre que, primeiramente, deve se chamar a atenção ao fato de que houve indicação de invalidez de membro inferior duas vezes, com gradações distintas sem indicação do lado, contudo, somente se observam lesão de fêmur no laudo esquerdo, logo teria sido realizada duas gradações para a mesma lesão, o que não pode prosperar.

Além disso, o próprio laudo, no trecho destacado é claro ao afirmar que ainda existe possibilidade de tratamento capaz de corrigir/amenizar as limitações, logo, não se pode admitir a gradação realizada como definitiva, podendo após os tratamentos haver redução da gradação e com isso, acarretando eventual enriquecimento ilícito do autor, no caso de recebimento de indenização nestes autos se considerado o grau atual.

Esta situação já havia sido destacada desde o início do laudo, estando a vítima ainda realizando procedimentos médicos relativos à lesão em questão, não podendo o ilustre jugamento ficar indiferente a tal fato:

Refere realização de sessões de fisioterapia e estar em acompanhamento ambulatorial com médico assistente aguardando novo procedimento cirúrgico na fratura diafisária do fêmur esquerdo.

Dessa forma, considerando todo o exposto, bem como que a vítima ainda está em tratamento, sendo impossível se admitir que a lesão tenha se consolidado e com isso estabilizada, deve a demanda ser julgada improcedente.

Caso assim não entenda, requer a suspensão do processo até que se finalizem os procedimentos em questão, e a vítima seja submetida a nova cirurgia, para só depois da alta desta seja novamente submetida à perícia médica.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
ARACAJU, 6 de dezembro de 2019.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**